



**ELYSIO DE CARVALHO E A ESCOLA DE POLICIA: A CIRCULAÇÃO DE SABERES DE POLICIA CIENTIFICA NO RIO DE JANEIRO (1912-1914)**

**ELYSIO DE CARVALHO AND THE SCHOOL OF POLICE: CIRCULATION OF SCIENTIFIC POLICE'S KNOWLEDGE IN RIO DE JANEIRO (1912-1914)**

Marília Rodrigues de Oliveira\*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo investigar a atuação do diretor da Escola de Polícia do Distrito Federal, Elysio de Carvalho, para a circulação e o intercâmbio de saberes transnacionais ligados ao campo de polícia científica na cidade do Rio de Janeiro. O esforço de instrução e profissionalização dos agentes policiais implicava em um processo tanto de compartilhamento de saberes, como também, de obtenção de um reconhecimento externo da capacidade destes funcionários de desempenharem suas funções. Logo, também será um objetivo deste trabalho analisar os estudos ministrados na Escola de Polícia sobre as formas de criminalidade moderna, assim como os saberes necessários aos profissionais que desejavam combatê-las.

**Palavras-chave:** polícia científica - Escola de Polícia – criminalidade moderna

**Abstract:** This article aims to analyze the role of the director's School of Police, Elysio de Carvalho, for the circulation, appropriation and the exchange of transnational's scientific police's knowledges in Rio de Janeiro. The effort of educate and professionalize the policemen implies a process of sharing knowledges and the getting the public recognition of this men's abilities of performing their functions. Therefore, this article also aims to analyze the studies produced by School of Police about the modern criminality as such the knowledges considered as vital to defeat this type of criminality.

**Keywords:** scientific police – School of Police – modern criminality

---

\* Doutoranda e Mestre pelo Programa Pós- Graduação de História Social da Cultura da PUC-RJ e Licenciada em História pela UFRJ.



## Introdução

Em 1º de fevereiro de 1912, foram inauguradas as aulas da Escola de Polícia do Rio de Janeiro, localizadas nas instalações da Polícia Central. Fundada pelo chefe de polícia Belisário Távora, sob a direção de Elysio de Carvalho, a escola tinha como intuito prover uma educação profissional aos agentes, “de acordo com os conhecimentos científicos e as necessidades do meio ambiente” (CARVALHO, 1912a, p.15) da capital federal brasileira. Entre suas aulas previam-se desde cursos sobre elementos do Código Penal, relativos à organização policial, até estudos de criminologia e de métodos de investigação criminal. Em sua preleção de abertura, Elysio de Carvalho dedicou-se à análise dos tipos criminosos modernos, descrevendo as argutas estratégias utilizadas pelos delinquentes— como o uso do telefone para aplicações de “contos do vigário”, por exemplo – que se tornaram possíveis graças à invenção de novas tecnologias de transporte e comunicação. Para combater criminosos modernos, tornava-se necessário formar agentes de polícia capazes de dominar “uma soma enorme de noções científicas”, além de “conhecimentos práticos de ordem toda especial” (Idem).

Na virada do século XIX para o século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de uma série de projetos e reformas sociais marcados por uma égide de progresso e modernidade. Médicos, arquitetos e sanitaristas inseriam-se em um vasto campo de ação social - desde projetos de reformas urbanas até o controle de práticas sexuais e de questões epidêmicas – que tinha como intuito conduzir a nação a uma nova fase civilizacional<sup>1</sup>. A própria emergência de um debate intelectual sobre o republicanismo crescia sob uma égide científicista – e muito vezes positivista - como um guia único e seguro de reconstrução do Estado Nacional (MELLO, 2007). Neste sentido, a polícia enquanto uma instituição estatal não fugia a possibilidade de um olhar analítico científico feito por determinados grupos que a compunham. A formação de uma elite intelectual que buscava justamente se familiarizar com os debates e saberes criminológicos europeus foi sinalizada por Marcos Bretas (1997) em seu estudo sobre o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro da Primeira República. Seria justamente pelo novo caráter

---

<sup>1</sup> Sem ambição de esgotar as obras presentes neste campo de pesquisa, algumas podem ser citadas enquanto fundamentais para construção deste objeto de pesquisa: ENGELS, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Braziliense, 1988. MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. São Paulo: Graal, 1979.



científico que se revestia o trabalho policial – com a criação de departamentos, como o Serviço Médico Legal e o Gabinete de Identificação e Estatística – que intelectuais, como Elysio de Carvalho, ingressavam neste campo.

Longe de um projeto unívoco cientificista, o programa de estudo da Escola de Polícia evidenciava uma série de intercâmbios de saberes e formas de cooperação entre a polícia do Rio de Janeiro com órgãos policiais internacionais. As publicações de estudos de datiloscopia, assim como as traduções de textos sobre a natureza psicológica dos malfeitores e das práticas de investigação criminal formavam um mosaico de saberes, marcados por disputas, discordâncias e pela circulação de conhecimentos produzidos por órgãos de polícia científica internacional. Desta forma, este trabalho tem como objetivo primeiro investigar como a atuação de Elysio de Carvalho favoreceu a circulação, apropriação e trocas de saberes internacionais ligados ao campo de polícia científica através da construção da Escola de Polícia do Distrito Federal. O esforço de instrução e profissionalização dos agentes policiais implicava em um processo tanto de compartilhamento de saberes - que seriam capazes de criar uma identidade de grupo coerente - como também, de obtenção de um reconhecimento externo da capacidade destes funcionários de desempenharem suas funções (BRETAS, 1997, p.97). Logo, também será um objetivo deste trabalho analisar os estudos ministrados na Escola de Polícia sobre as formas de criminalidade moderna, assim como os saberes necessários aos profissionais que desejavam combatê-las. Por fim, tendo em vista o perfil de intelectuais e literatos que perpassava os membros que idealizaram tal Escola de Polícia, a própria noção do caráter científico presente nas aulas será objeto de análise deste trabalho.

### **A Escola de Polícia e os “sherlocks” brasileiros**

Os primeiros esforços de criação de uma Escola Policial ocorreram anos antes de sua fundação. Em 1907, Elysio de Carvalho publicou no periódico oficial do Gabinete de Identificação, o *Boletim Policial*, um primeiro artigo de sua autoria sobre a necessidade de criação de uma Escola de Agentes no Brasil. Como um exemplo a ser seguido, o escritor alagoano – que neste momento era um encarregado da Sessão de Informações do Gabinete de Identificação – dissertou sobre o projeto de formação de policiais que ganhava corpo na cidade de Buenos Aires. Criada por Ramón L. Falcón, chefe de Polícia da capital federal da Argentina,



a Escola de agentes portenha foi pensada dentro de uma série de reformas policiais que se inseriam em um plano de modernização desta instituição. Com o fim de profissionalizar aqueles que ingressavam como agentes de polícia, tal proposta também procurou impulsionar progressos materiais, aperfeiçoando as formas de comunicação entre as delegacias, assim como, desenvolver um sentimento de identidade e pertencimento para aqueles que ingressavam por motivos diversos nesta instituição (BARRY, 2009).

Apoiando-se no decreto n.6440 de 30 de março de 1907 que determinava a obrigação dos inspetores policiais em instruir seus subalternos, Elysio de Carvalho defendia como a própria regulamentação policial brasileira já abria espaço para a criação de uma escola policial. De acordo com este dispositivo legal, previa-se o ensino elementar “dos delitos previstos no Código Penal; dos regulamentos municipais que dependiam da polícia para serem facilmente executados;”, “do ensino de filiação morfológica e do exame descritivo” (CARVALHO, 1917, p.17), sendo estes últimos ministrados no Gabinete de Identificação.

A referência à polícia de Buenos Aires não ocorria por acaso. Durante a primeira década do século XX, ambas as forças policiais passavam por reformas que tinham como objetivo modernizar suas instituições. No Brasil, com a reforma policial de 1907, fora criada a figura do comissário, como uma primeira tentativa de organizar um corpo permanente de policiais recrutados através de concursos, ao invés de recomendações políticas (BRETAS, 1997, p.31). Subordinados diretamente à figura do delegado e responsáveis pelo controle dos trabalhos dos agentes e das patrulhas policiais, os candidatos deveriam ser brasileiros entre 21 e 60 anos e se submetiam a concurso público, realizando provas de redação, gramática, direito e assuntos policiais. Assim como em Buenos Aires, tais reformas do início do século resultaram também em um crescente processo de eletrificação e mecanização da polícia do Rio de Janeiro, responsável pela instalação de telefones nos distritos policiais e pela adoção de automóveis para uma melhor movimentação de policiais e patrulhas (SAMET, 2008).

O processo de modernização material da polícia portenha vinha com uma proposta de aperfeiçoar o grau de formação de funcionários subalternos que contava muitas vezes, com homens de idade avançada, escassa formação intelectual, chegando alguns a casos de analfabetismo (BARRY, 2009, p.86). A mesma insatisfação era manifestada pelo escritor Elysio de Carvalho, ainda no ano de 1907, que considerava os funcionários da força policial carioca em sua maioria “serventuários inábeis e desastrados (sic), fazendo consistir na grosseria da força física e dos maus modos o seu melhor predicado”. Como solução, o escritor alagoano



defendia que estes homens deveriam ser instruídos para construção de “uma polícia profissional e científica<sup>2</sup>” (CARVALHO, 1907, p.18.).

A ideia de profissionalização policial já foi alvo de debates e ressalvas metodológicas importantes para pensarmos o assunto em questão. Por um lado, tal noção já foi definida como um conjunto de elementos básicos de afirmação de uma identidade, de pertencimento a um grupo coerente que compartilharia uma série de valores e que necessitaria de um reconhecimento externo de sua capacidade para desempenhar uma tarefa específica (BRETAS, 1997). Em crítica a esta perspectiva, estudos como de Monjardet defenderam a incapacidade da polícia em definir uma esfera de ação própria, uma vez que por seu princípio fundante, o monopólio de violência seria uma imposição que derivaria da soberania estatal (MONJARDET, 1997). Neste sentido, o presente artigo trabalha com a perspectiva de análise que concebe os esforços de profissionalização policial como fruto das ações e disputas entre os poderes estatais, o público e o que se gerava dentro da própria sociedade policial (BELIÈRE, 1990). As visitas a órgãos policiais internacionais, assim como, os congressos que giravam em torno dos debates de criminalística são exemplos da articulação destes atores sociais. Se por um lado, estes eventos eram subvencionados pelo Estado, seriam seus protagonistas - as personalidades policiais - os responsáveis pela ressignificação de tais experiências e sua agregação a um projeto de profissionalização policial.

Desta forma, a fundação da Escola de Polícia ocorreu em meio a uma coadunação de forças que unia tanto o aparato estatal, como os agentes policiais e o público da capital federal. No ano de 1907, a ideia de criação de uma Escola de Agentes elaborada por Elysio de Carvalho não encontrou ressonância no Gabinete de Identificação e Estatística ou mesmo frente ao chefe de polícia, Alfredo Pinto. Somente em 1912, quando o escritor alagoano já ocupava há um ano o cargo de diretor desta sessão especializada, encontrando-se próximo ao presidente Marechal

---

<sup>2</sup>No original consta: “serventúrios inhábeis e dezasados”.



Hermes<sup>3</sup>, que o chefe de polícia Belizário Távora fundou a Escola de Polícia, como uma resposta as reclamações de mau policiamento que inundavam os jornais da capital federal.<sup>4</sup>

O ingresso na Escola de Polícia constitui-se como obrigatório para todos os funcionários do corpo de segurança pública e para candidatos a cargos policiais indicados pelo Chefe de Polícia. A ausência nas aulas que não fossem justificadas pelos alunos constava para todos os efeitos como faltas ao trabalho, funcionando como um mecanismo compulsório de assiduidade para estes funcionários. Aqueles que concluíam o curso com aprovação ganhavam um certificado como prova de mérito para os efeitos de nomeação e promoção. Desta forma, o curso da Escola de Polícia podia constituir-se não apenas no aperfeiçoamento intelectual e técnico destes policiais, mas como um estágio para o crescimento de sua carreira policial.

Durante o seu primeiro ano, o programa de estudos da Escola de Polícia previa a existência de um só curso, sob a regência de um mesmo professor, que tinha a datiloscopia “não só como processo de identificação judiciária,” mas como “base de estudos” (CARVALHO, 1912, p. 17) da temática de identificação. Desenvolvido por Juan Vucetich, um croata residente em Buenos Aires, o sistema de classificação datiloscópico conseguia extrair a identidade dos indivíduos através das impressões digito-palmares, mostrando vantagens por não apresentar limitações etárias.<sup>5</sup> As impressões digitais eram imutáveis desde os últimos meses de vida uterina até o processo de decomposição dos corpos, permitindo a identificação desde

<sup>3</sup> A entrada de Elysio de Carvalho no cargo de diretor do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro ocorrera durante o mandato presidencial de Hermes da Fonseca, e ganhara repercussão nos periódicos da grande imprensa. Para o jornal, *Correio da Manhã*, a escolha do escritor para o cargo de diretor do Gabinete de Identificação ocorrera graças à sua proximidade política com o presidente. No ano de 1910 é possível encontrar inúmeras referências que indicariam uma proximidade entre Elysio de Carvalho e Hermes da Fonseca. Além de sua presença em inúmeros eventos sociais promovidos pelo candidato, o escritor aparecia recorrentemente em recepções de partidas e chegadas do presidente. O episódio mais evidente ocorreu em Minas Gerais, quando um grupo de intelectuais – incluindo Elysio de Carvalho - vaiou um evento de campanha política do opositor a Hermes da Fonseca, o candidato Ruy Barbosa. Ver por exemplo: *O Pharol*, 23 de fevereiro de 1910, p.2. *Gazeta de Notícias*, 06 de fevereiro de 1910, p.2.

<sup>4</sup> Como exemplo, podemos ver a notícia: ESCOLA DE POLÍCIA: ‘interview’ com o Dr. Elysio de Carvalho. *A Imprensa*, 4 de fevereiro de 1912, p. 2.

<sup>5</sup> No início do século XX, o sistema datiloscópico de Vucetich concorria com o método de identificação inventado pelo francês, Alphonse Bertillon, que recebera ampla receptividade nas instituições policiais sul-americanas, por trazer a possibilidade de identificar indivíduos através de medidas corporais. A *bertillonage* partia da premissa da fixidez da ossatura a partir do vigésimo ano de idade e estabelecia nove medições específicas como uma forma de estabelecer a identidade dos indivíduos. No entanto, a partir da datiloscopia tornava-se possível extrair a unicidade dos indivíduos através de uma forma bem menos complexa: através das impressões digitais. O sistema datiloscópico mostrava vantagens frente à *bertillonage* por não apresentar limitações etárias e por trazer uma maior precisão ao processo de identificação, uma vez que a *bertillonage* se baseava principalmente na probabilidade de dois indivíduos não apresentarem nove medidas corporais similares. Sobre a *bertillonage*, ver: Pierre Piazza (dir.), *Aux origines de la police scientifique: Alphonse Bertillon, précurseur de la science du crime*, Paris, Karthala, 2011.



delinquentes infantis e até de restos mortais. Frente, os avanços feitos na obtenção da identificação individual, Vucetich defendia a internacionalização do seu sistema, caracterizando-o “como um idioma legível corrente para todas as polícias do mundo” (VUCETICH, 1909, p. 19-20), capaz de estabelecer formas de cooperação entre os gabinetes policiais internacionais, interessados em capturar criminosos que atravessavam suas fronteiras nacionais.

No final do século XIX, com o advento dos novos meios de comunicação - como o telégrafo e da locomotiva elétrica - cresciam as inquietações frente às novas formas de criminalidade que escapavam as fronteiras dos Estados-nações, em uma velocidade até então de difícil apreensão. Atentados anarquistas, tráfico de mulheres (SCHETTINI, 2006) e criminosos viajantes (GALEANO, 1912) eram objeto de preocupação entre policiais portenhos e cariocas que buscavam formas de controle do problema da criminalidade em diferentes espaços geográficos. O estudo de Galeano (2012) demonstra com as relações entre as polícias argentinas e brasileiras já ocorriam anos antes da criação da Escola de Polícia e não se reduziam a uma via de mão única. Anais de congressos sul-americanos, trocas de correspondência, envio de fichas criminais e de estudos criminalísticos indicavam intercâmbios concretos entre estas instituições policiais. Neste sentido, procurando justamente aprofundar os laços da polícia brasileira<sup>6</sup> com a portenha que Elysio de Carvalho enviou um exemplar de seu estudo ‘A identificação como fundamento da vida jurídica’ para Juan Vucetich. Em correspondência ao diretor do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro, Vucetich agradecera o livro enviado por Elysio, e em troca, mandara à polícia brasileira um exemplar da ‘Libreta do Imigrado’ junto a fichas datiloscópicas portenhas (VUCETICH, 1912, p.227-229). Mais que apenas uma inspiração para formação da Escola de Polícia, a aproximação que Elysio de Carvalho procurava fazer com a polícia de Buenos Aires tinha como intuito reiterar um dos vínculos policiais mais fortes no espaço sul-americano, através de intercâmbios teóricos e técnicos sobre as formas identificação desenvolvidas nestes países.

A ideia que o criminoso pudesse deixar uma marca, uma impressão digital capaz de revelar a sua identidade atribuía à investigação judicial a possibilidade de reconstrução da

---

<sup>6</sup> A aproximação entre o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro com a polícia da província de Buenos Aires ocorria desde a gestão de Felix Pacheco, tendo como marco principal o Terceiro Congresso Latino Americano (1905) que ocorrera na capital federal brasileira e que fora um marco responsável pela adoção do sistema datiloscópico no Brasil.



verdade através de vestígios e indícios (GINZBURG, 1990, p. 169-180). Desta forma, tornava-se necessário formar policiais capazes de ler e interpretar esses signos para que fosse possível capturar aqueles que praticavam crimes e procuravam escapar das malhas da justiça. Para tal, o intercâmbio de saberes e visitas de especialistas às escolas de polícia também se constituíam como formas de construção das instituições policiais locais. Neste sentido, que no ano de 1913 o professor Rudolph Archibald Reiss (aluno de Bertillon, diretor do Laboratório de Polícia Técnica e titular da cátedra de Polícia Científica da Universidade de Lausanne/ Suíça) esteve a convite de Elysio de Carvalho na cidade do Rio de Janeiro para realizar um conjunto de conferências para os estudantes da Escola de Polícia do Rio de Janeiro. Sua vinda ao Brasil foi articulada, primeiramente, pela polícia do estado de São Paulo, chegando ao Rio de Janeiro também através da atuação do chefe de polícia Edwiges Queiroz (BOLETIM POLICIAL, 07/1913, p. 261). A visita de Reiss ao Brasil foi um momento de grande notoriedade internacional do criminalista suíço, responsável também pela consolidação de uma aliança maior entre o Instituto de Polícia Científica de Lausanne e o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro. O convite ao Brasil era bastante generoso ao criminalista: uma estadia de quatro meses, com todas as despesas pagas, recebendo um pagamento de 40000 francos (QUINCHE, 2006, p. 19). Para o criminalista, as palestras dadas em outros países eram fundamentais para consolidação da polícia enquanto uma instituição moderna (REISS, 1913, p. 24).

A preservação de vestígios no local do crime, as análises das manchas de sangue e as técnicas de fotografia para a análise das cenas de delitos, foram problemas explorados nas palestras ministradas pelo professor, que discorreu acerca dos novos procedimentos utilizados pela polícia no processo de investigação criminal. Durante o século XIX, o treinamento de agentes policiais brasileiros era em grande medida fruto de uma aquisição de experiências diárias, compartilhadas no cotidiano entre os funcionários (BRETAS, 1997, p. 16). Neste sentido, que Elysio de Carvalho reclamava a necessidade de substituírem os “processos empíricos” por “métodos científicos (CARVALHO, 1913c, p. 149)”. As falhas e lacunas características do processo de anamnese, além da possibilidade de distorção e falsificação dos relatos nos tribunais, colocavam as provas testemunhais como alvo de dúvidas frente a sua capacidade de estabelecer a autoria e elementos que seriam verídicos nos episódios criminosos. Não por acaso, que as palestras do professor R. A. Reiss dadas à Escola de Polícia do Rio de Janeiro foram resumidas, traduzidas e publicadas em brochuras pela ‘Biblioteca do Boletim Policial’, abordando “o estudo do lugar de um crime como essencial à investigação” (REISS,



1914, p.3). Ao longo de suas palestras, as provas indiciais eram reivindicadas como formas cabais para elucidação de processos judiciais. E, por sua vez, as ações policiais para elucidação de crimes deveriam ser deslocadas do espaço do cotidiano das ruas para o cenário dos laboratórios criminais.

A relação entre um método indiciário e uma ação detetivesca foi discutida por Carlo Ginzburg ao analisar o paradigma de conhecimento expresso pela forma de interpretação de crimes características de Sherlock Holmes, personagem criado no final do século XIX pelo escritor Arthur Conan Doyle. O detetive desenvolvera um método de análise partindo da concatenação de resíduos, dados marginais que através de um olhar apurado constituíam-se enquanto reveladores para resolução de complexos mistérios. Nos romances de Conan Doyle são recorrentes as soluções de crimes a partir de pegadas na lama, cinzas de cigarro, orelhas cortadas do corpo da vítima, que graças à capacidade racional do detetive revelavam segredos e solucionavam intrincados crimes. Não por acaso a figura de Reiss aparecia nos fascículos voltados para a instrução dos alunos da Escola de Polícia em uma aproximação com o detetive Sherlock Holmes:

Se não fosse o receio de fazer literatura, diria que Reiss é a encarnação viva de Sherlock Homes, um Sherlock autêntico, em carne e osso. A analogia é flagrante, apenas com esta vantagem, que o sábio de Lausanne realiza humanamente tudo quanto é ficção no “detetive” ideal de Conan Doyle, e ainda muito mais, e superiormente. Reiss, como Sherlock Holmes, possui esse dom natural que empiricamente se chama “faro” policial, mas desenvolvido, educado, aperfeiçoado, no trato cotidiano com os intrincados problemas criminais; ambos se valem quase dos mesmos processos científicos na descoberta dos criminosos (...). Soma feita, Reiss é um tipo de “detetive” lógico, completo, perfeito, porque possui a profissão, a ciência e a arte de polícia”(CARVALHO, 1913b, p.17).

A analogia feita entre a figura de Reiss e Sherlock Holmes demonstrava que para além de uma difusão de saberes técnicos, suas palestras foram traduzidas e resumidas por Elysio de Carvalho também com o intuito de pensar um modelo de agente policial. Ao invés da figura do oficial que agiria nas ruas, extraindo informações através de estratégias de força e coação, procurava-se formar profissionais capazes de “saber encontrar um traço, um vestígio que orientasse a justiça no seu modo de agir” (CARVALHO, 1914, p.5). Desta forma, o policial deveria ser portador de um saber racional e através de uma análise minuciosa ser capaz de solucionar casos judiciais através da articulação de vestígios deixados nas cenas de crime.



Desde o final do século XIX, personagens de detetives de romance policial como Sherlock Holmes e Monsieur Lecoq (PORTO, 2009)<sup>7</sup> circulavam no espaço editorial da capital federal brasileira. Desde os espaços dos folhetins da imprensa carioca a brochuras vendidas por preços módicos, os chamados romances judiciários gozavam de grande popularidade no Rio de Janeiro. (EL-FAR, 2004) Tais obras tinham como diferencial o fato de trazerem para o centro da narrativa, não o criminoso, mas a figura do detetive e da descoberta do crime (PORTO, 2009).

A comparação entre personagens detetivescos fictícios como forma de afirmação de um modelo de agente policial tem como primeira explicação um esforço de aproximação dos saberes criminalísticos dos alunos da Escola de Polícia. O jogo de referência aos detetives dos romances policiais vinha justamente afirmar - através de textos literários que possuíam ampla recepção na capital federal - o lugar e os avanços daqueles que dos espaços dos laboratórios conseguiam elucidar intrincados casos criminais. No entanto, a publicação de extratos de romance judiciários nas páginas do periódico oficial do Gabinete de Identificação, o *Boletim Policial*, mostrava um segundo aspecto desta amálgama criada entre literatura e ciência. Ao procurar difundir a imagem de um detetive de perfil intelectual e metodologia elegante, os criminalistas não somente procuravam restaurar a imagem da figura policial - ao proporem uma transição da figura de um agente rústico para um civilizado – mas também, evidenciavam a amplitude e a plasticidade que os saberes considerados científicos tinham nas instituições policiais do início do século XX. Para além de saberes técnicos, este campo criminalístico que se pretendia científico trazia para o seu centro, saberes ficcionais e a própria imaginação como elementos fundamentais na formação dos policiais. Não por acaso, as aventuras de Sherlock Holmes eram publicadas e recomendadas como leituras obrigatórias para os agentes de investigação brasileiros. Neste sentido, a inclusão de textos literários não significava em uma aplicação direta “da ciência à vida cotidiana, ao trabalho ordinário” (CUNHA, 2002, p.126) policial. Ao contrário, tal prática pode ser explicada pela própria formação daqueles que fundaram e compunham o quadro de professores da Escola de Polícia, como era o caso de Elycio de Carvalho. Intelectuais e escritores que se aproximavam de saberes criminalísticos, o

---

<sup>7</sup> Personagem do escritor francês, Émile Gaboriau, Monsieur Lecoq era um detetive capaz de elucidar crimes que envolviam intrincados mistérios através da articulação de vestígios deixados pelos criminosos. Sobre os detetives na literatura de crime ver: PORTO, Ana. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil, (1870- 1920)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado em História, 2009.



problema da criminalidade não era pensado apenas por saberes técnicos, mas também por escritos fictícios e literários que ao serem trazidos para o cerne do debate não seriam antagonistas (FETZ, 2017) a um olhar científico e objetivo, mas justamente comporiam o campo de polícia científica brasileiro.

### Entre “monstros” e ladrões elegantes

Um ano após inaugurar a Escola de Polícia do Distrito Federal, a figura do Dr. Antônio é retomada por Elyσιο de Carvalho como objeto de estudo do curso de criminalística. Criada a partir da reforma curricular realizada em 1913, as aulas desta disciplina contavam com o tópico *História Natural dos Malfeitores*, no qual o diretor da escola dedicava-se a analisar o “modo de trabalho das diferentes classes de criminosos”<sup>8</sup> e a “psicologia dos malfeitores” (CARVALHO, 1913, p.147). Através das trajetórias de criminosos célebres junto à análise de personagens fictícios de narrativas policiais, Elyσιο de Carvalho procurava construir uma gênese da criminalidade moderna.

No final do século XIX, o esforço de compreensão da figura do criminoso foi centro de profundos debates que marcaram o campo da antropologia criminal. Com a publicação *L'Uomo Delinquente*, o médico italiano Césare Lombroso trazia ao centro do debate a figura do “criminoso nato”, isto é, um tipo humano diferenciado cujas características biológicas gerariam uma predisposição para a prática do crime. A partir da noção de atavismo, Lombroso considerava que determinados criminosos apresentariam traços de regressão de um estágio evolutivo humano, responsáveis pelo desenvolvimento de uma personalidade criminosa (DIAS, 2015, p.58). A teoria de uma criminalidade nata que alcançou consagração no campo científico, já no ano de 1885 - durante o Primeiro Congresso de Antropologia Criminal (1885) – foi alvo de críticas pelo criminalista francês, Alexandre Lacassagne. Para este, a causa da criminalidade não estaria na constituição orgânica do ser humano, mas em determinados ambientes que poderiam permitir a proliferação do crime (KALUSZYNSKI, 2006). A partir deste episódio, surgia uma querela que marcaria as primeiras décadas do século XX, marcada por um

---

<sup>8</sup> Apesar de não possuímos acesso a algum tipo de resumo ou anotações de qual seria o conteúdo deste curso, Elyσιο de Carvalho publicou dois estudos homônimos na revista do *Boletim Policial* no mesmo ano da criação desta disciplina na Escola de Polícia. Tais estudos nos permitem recuperar em linhas gerais as aulas oferecidas na Escola de Polícia. Ver: CARVALHO, Elyσιο de. *História Natural dos Malfeitores: Apontamentos. Boletim Policial*, ano VII, nº6, junho de 1913, p. 144.



antagonismo entre membros da *Escola Positiva Italiana* e aqueles que pertenceriam à *Escola Francesa*.

Tais concepções que a princípio pareciam irreconciliáveis surgiam de forma eclética nos textos base da disciplina *História Natural dos Malfeitores*, ministrada na Escola de Polícia do Distrito Federal. Para Elyσιο de Carvalho, professor do curso, os criminosos seriam “dotados de anomalias físicas bem evidentes” e o “homem delinquente” seria “resultante de um conjunto de caracteres orgânicos e físicos, sendo sinais decisivos a linhas e expressões fisionômicas” (CARVALHO, 1913, p.63). A referência que o diretor do Gabinete de Identificação fazia explicitamente a figura de Lombroso causa um estranhamento a princípio, ao leitor de hoje. Como vimos no mesmo ano da publicação deste texto, Elyσιο de Carvalho convidou o discípulo de Lacassagne e crítico a Lombroso, R. A. Reiss, para ministrar uma série de palestras na Escola de Polícia do Rio de Janeiro. As teorias lombrosianas transformaram-se bastante ao longo da vida do próprio criminologista adquirindo uma certa plasticidade nos debates criminológicos. Ora, atávico, ora racializado/etnicizado ou mesmo psiquiatrizado, essa mescla conceitual resultava em diferentes interpretações sobre a mente criminosa (DIAS, 2015, p.60). Inseridos nestes espectros de ressignificação, os trabalhos de Elyσιο de Carvalho procuravam analisar a fisionomia física dos delinquentes cariocas. Foi o caso, do gatuno Eugenio Rocca, caracterizado por Elyσιο como um homem com:

uma fisionomia brutal, cruel e repugnante. A cabeça grosseira e obtusa, o olhar vítreo, frio e impassível, o nariz brutal. Os lábios e narinas dilatadas lembram a fisionomia de uma besta fera prestes assaltar. Tem ele, em suma, todos os traços e todas as expressões da fisionomia dos perigosos malfeitores que Lombroso chamou de delinquente nato (CARVALHO, 1913b, p.63).

A descrição física da figura de Eugênio Rocca<sup>9</sup> – que apresentaria “um nariz brutal”, “lábios e narinas dilatadas” – era atrelada a um aspecto de “besta fera” do criminoso. A associação de supostos traços raciais negros com uma personalidade monstruosa demonstrava como um olhar racializante colocava criminosos negros e caboclos como grupos cuja responsabilidade moral não deveria corresponder à responsabilidade penal, mas a um projeto

<sup>9</sup> Eugênio Rocca foi um gatuno italiano que ficou celeberramente conhecido pelo roubo cometido em uma joalheira da rua da Carioca, junto com seu cúmplice, Carletto. Sobre este criminoso, ver: OTTONI, Ana Vasconcelos. O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Niterói: UFF, Tese de doutorado, 2012.



de medicalização do criminoso (CUNHA, 2002, p. 266). A aproximação de Elysio de Carvalho como a perspectiva da Escola Italiana ocorria não apenas através da obra de Lombroso, mas também, pela leitura de seus discípulos, membros de uma geração de médicos e juristas de expressão internacional, como Salvatore Ottolenghi. Não por acaso, o diretor do Gabinete de Identificação publicou no periódico oficial desta repartição a tradução de quatro artigos deste autor entre os anos de 1913 e 1914. Dentre estes, Ottolenghi apresentou a experiência da Escola de Polícia de Roma, colocando os estudos de criminosos no cárcere - sob um olhar “somático, físico e biográfico (OTTOLENGHI, 1914, p.263) - como um pilar para o surgimento desta instituição, assim como das experiências de Escola de Polícia que ocorreram no Rio de Janeiro, em Buenos Aires e a na própria cidade do Rio de Janeiro.

A publicação destes artigos revelava não apenas uma aproximação teórica de Elysio de Carvalho com os criminologistas italianos, mas esforços de construção de alianças policiais que já ocorriam um ano antes da fundação da Escola de Polícia do Rio de Janeiro. Em 1911, o Gabinete de Identificação da capital federal brasileira foi convidado por uma comissão executiva italiana – formada por criminologistas como Ferri e Ottolenghi – para participar da Exposição Internacional de Higiene Social na cidade de Roma. Este evento foi composto por uma seção de criminologia que possuiria três divisões: criminologia, psiquiatria e polícia científica. Convocado para composição desta última, o Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro enviou um material composto por uma série de fotografias judiciárias dos serviços técnicos e laboratoriais, além de mapas, modelos gráficos e monografias produzidas por esta seção policial (CARVALHO, 1913d, p. 12-13). Diferente do que aponta Patrasso (2015), o envio destes objetos à Exposição Internacional de Higiene Social em Roma evidencia como as relações entre as seções policiais especializadas italianas e brasileiras não se restringiam a uma assimilação e adaptação de ideias científicas europeias para uma realidade de uma periferia latino-americana. Tais relações eram marcadas por intercâmbios concretos – que por mais que ocorressem em uma desigualdade de poder – buscavam forjar alianças entre estas instituições policiais, favorecendo uma circulação de uma série de ideias no espaço atlântico. Neste sentido, a conciliação teórica que Elysio de Carvalho fazia entre os criminologistas italianos e os criminalistas franceses permitia a inserção do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro em uma rede de cooperação entre as polícias científicas internacionais, permitindo um diálogo com diferentes gabinetes criminalísticos, mesmo que a princípio antagônicos.



Não por acaso, as aulas de criminalísticas da Escola de Polícia também contaram com a lição sobre “a classificação dos ladrões profissionais do Rio, no ponto de vista prático, segundo os processos empregados pelos mesmos<sup>10</sup>”. De acordo com o texto homônimo ao curso, publicado no periódico do *Boletim Policial*, o curso de *História Natural dos Malfeteiros* procurava traçar uma história do *modus vivendi e operandi* dos criminosos que atuavam nas principais metrópoles urbanas do mundo. Como em uma galeria de criminosos, casos de ladrões célebres cariocas, como o “Dr. Antônio”, “Bexiga Fraga” e “Dr. Anísio” apareciam no *Boletim*, ilustrando perfis de “cavalheiros da indústria<sup>11</sup>”; criminosos que com apurada elegância, “frequentavam as melhores rodas e os mais afamados clubes, com amantes de luxo e o crédito nas garages” (CARVALHO, 1913b, p. 60).

Em sua análise, Elyσιο de Carvalho aprofundou o argumento que Bunker chamou de ‘violence a vole’ (BUNKER, 2010), isto é, a associação dos avanços tecnológicos que marcavam a modernidade com o uso de técnicas sofisticadas por criminosos na aplicação de seus golpes. Junto a *apaches* parisienses, *yeggs* norte-americanos, *hobos* da Inglaterra, *oyubans* japoneses, os *scrocs* brasileiros apareciam no discurso do policial, demonstrando a face obscura da criminalidade presente em diferentes territórios geográficos do mundo desde o final do século XIX. O desejo de uma reconstrução de uma gênese da criminalidade moderna - através da composição de uma narrativa, forjada pela trajetória de criminosos célebres e pelas peripécias de personagens policiais – indicava a criação de uma categoria de criminoso cujo modo de ação seria engenhoso e sofisticado.

O gatuno de hoje não é mais o escrucante dos tempos do não menos famoso Vidigal. Rato de hotel, batedor de carteira ou escroc, o criminoso que vive à custa do “próximo” é um tipo como qualquer um de nós vestindo-se como apurada elegância, frequentando as melhores rodas e os mais afamados clubes, com amantes de luxo e crédito nas garages, hóspede de hotéis de primeira ordem e com relações no mundo da Bolsa. Têm todas as aparências de um *clubman* o patife, passa por um *gentleman* até dia em que é preso em flagrante com a mão na algibeira do vizinho ou apanhado, alta noite, saqueando os quartos do hotel onde dias antes se hospedara (CARVALHO, 1913b, p.61).

<sup>10</sup> No periódico do *Boletim Policial* é relatado que o promotor Adhemar Tavares assistiu a esta aula ministrada por Elyσιο de Carvalho que contava com o conteúdo citado. Ver: ESCOLA DE POLICIA. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº5, maio de 1914a, p. 228.

<sup>11</sup> O termo “Cavalheiro da indústria” – proveniente do francês *chevalier d’industrie* – era uma expressão utilizada para indicar os trapaceiros e vigaristas. Ver: GALEANO, Diego. Entre cuenteros y otarios: Historia transnacional de una estafa en América Latina, 1870-1930, *Historia*, vol. II, n. 49, p. 405.



Não por acaso, ladrões como Dr. Antônio eram citados no curso de *História Natural dos Malfeitores* por justamente possuírem um estilo de vida luxuoso que era mantido pelos intrincados roubos que praticavam. A escolha pela construção de uma categoria de criminosos feita por homens elegantes que utilizavam de argutas estratégias para realização de furtos e roubos atrelava-se a uma das principais preocupações responsáveis pela fundação da Escola de Polícia do Rio de Janeiro: a preservação da propriedade privada (CARVALHO, 1913b, p. 61). A febre especulativa que marcou a capital federal brasileira no final do século XIX e no início do século XX trazia consigo não somente novos impulsos econômicos capitalistas, mas também, engenhosas práticas delitivas de estelionato e falsificação. Os intensos movimentos financeiros e a ambição que ficou conhecida como a “febre do ouro” - uma busca desenfreada por lucro e dinheiro – compunham um novo cenário urbano da capital federal, que se constituía por excelência como o *locus* de interações monetárias e das possibilidades de lucratividade.<sup>12</sup> Neste contexto, que emergiam as quadrilhas de falsificação de dinheiro, assim como diversos golpes de estelionato, que buscavam justamente nesta “onda especulativa” desenvolver práticas desviantes capazes de gerar lucratividade. Frente a tal fenômeno, a polícia tomava para si a tarefa de preservação da propriedade individual, um dos elementos fundamentais do sistema do capitalismo financeiro.

Para Elycio de Carvalho, o combate a estes elegantes delinquentes deveria partir do conhecimento “do modo de trabalho de diversas espécies dos criminosos, suas especialidades, seus costumes” (CARVALHO, 1913a, p. 151) incluindo as formas de comunicação secretas e própria linguagem destes estelionatários. De instrumentos de trabalho utilizados pelos estelionatários, a textos criptografados que revelavam endereços de cúmplices e projetos de fuga de criminosos presos, o escritor alagoano iluminava uma série de práticas criminosas, defendendo-as como material de estudo necessário aos estudos de polícia científica.

O estudo de escritas criminosas criptografadas aparecia no *Boletim Policial* também através da tradução de artigos teóricos escritos pelo criminalista francês Edmond Locard, um dos pioneiros na transformação dos estudos de escrita criminosos em objeto de estudo de uma *expertise* policial (ARTIÈRES, 2013, p. 147). Em seu artigo ‘A Criptografia na técnica policial’, Locard explorou alguns exemplos de casos de escritas secretas de criminosos colhidos

---

<sup>12</sup> Sobre a febre do ouro e o desenvolvimento de intrincados golpes criminosos no Brasil e na Argentina, ver: GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes: circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado em História Social, 2012.



pelo Laboratório de Lyon, apresentando algumas soluções para tradução destes escritos. Explicando os sistemas pelo qual se orientavam as escritas criptografadas, Locard apresentou alguns mecanismos utilizados por malfeitores como forma de mascarar o significado de seus escritos: a modificação da ordem das letras alfabéticas no momento da redação destes textos ou mesmo os diferentes significados que uma mesma letra poderia assumir. Para o criminalista francês, a elucidação destes escritos não dependia de um talento intuitivo ou de um faro policial, ao contrário, tal expertise seria uma “técnica de base matemática, onde se deve calcular e resolver, não supor e tatear” (LOCARD, 1913a, p.263).

Desta forma, a figura do policial escritor - que como em jogo de luz e sombra trazia consigo a personagem do ‘criminoso que escrevia’ – apresentava, neste momento, uma segunda face: o agente de polícia que ao compreender o mundo dos malfeitores e sua linguagem única e secreta seria capaz de traduzi-la através de saberes técnicos e matemáticos. Seria justamente como um “policial tradutor” que Elyσιο de Carvalho escreveu o dicionário *Gíria dos Gatunos Cariocas*, publicado pela ‘Biblioteca do Boletim Policial’. Organizado como um material didático para os alunos da Escola de Polícia, o escritor selecionou mais de 500 vocábulos de gírias utilizadas por criminosos, relativas aos tipos de gatunos, suas práticas e instrumentos de trabalho. Tal obra conectava a experiência cotidiana da atividade do policial de rua com o trabalho de um “policial escritor”. Enquanto o primeiro era capaz de mapear o jargão dos delinquentes, o segundo tornava-se responsável pela organização, tradução e divulgação de seus significados entre os agentes policiais.

O desenvolvimento de estudos produzidos pelo Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro voltados para compreensão de uma linguagem criminosa teve repercussão frente a outras polícias internacionais. Não por acaso, no ano de 1913, o lançamento deste livro foi citado por Edmond Locard, através de seu artigo ‘Crônica Latina’, publicado na revista *Archives d’Antropologie criminelle* (LOCARD, 1913b, p. 447). Junto ao livro de Elyσιο, Locard escreveu um artigo, publicado no mesmo periódico, sobre a Escola de Polícia do Rio de Janeiro. Tal texto foi posteriormente publicado como uma brochura dentro da coleção *Biblioteca do Boletim Policial*, com o intuito tanto de divulgar a matéria feita sobre a Escola de Polícia, como também para compor seu material didático oficial. O artigo que procurou explicar a estrutura de funcionamento desta instituição de ensino, apresentado seus cursos e conteúdos ministrados, procurava inserir a Escola de Polícia do Distrito Federal em um circuito de academias policiais europeias, comparando-as com as experiências realizadas em Lausanne,



Lyon, Madrid e Roma. Desta forma, Locard afirmava como dentro do espaço atlântico, a Escola de Polícia do Rio de Janeiro dava “exemplo ao Velho Mundo”, por seu “modelo admirável, quer quanto à instalação e quer quanto ao aparelhamento” (LOCARD, 1913, p.7). “ Tais falas que muitas vezes obedeciam a uma série de procedimentos discursivos elogiosos - por justamente tentarem construir formas de cooperação policíacas – a uma primeira vista, podiam mascarar as hierarquias existentes entre as polícias da Europa e da América Latina. No entanto, a fala de Locard revelava dinâmicas transatlânticas que deslocavam o continente da América do Sul do lugar de mero receptor de ideias científicas europeias, para um lugar ativo de construtor de conhecimento. Neste sentido, a Escola de Polícia do Distrito Federal constituía-se como espaço privilegiado para consolidação de intercâmbios de experiência policíacas entre grupos latino-americanos e europeus que compunham uma cartografia específica de Escola de Polícia internacionais.

## Conclusão

Em 1913, o jornal *O Paiz* publicou uma matéria criticando que em um ano de funcionamento da Escola de Polícia, esta formara apenas um aluno, cujo destino final foi a exoneração do seu cargo policial. Em resposta, Elysio de Carvalho publicara no *Boletim Policial* um artigo afirmando que de um quantitativo de quarenta e cinco escritos, quinze se formaram no primeiro ano da Escola (BOLETIM POLICIAL, 1914b, p. 24). O desencontro de dados e a própria ocorrência da querela em si colocava em questão a extensão e aplicabilidade do projeto da Escola de Polícia no Rio de Janeiro. Durante os seus anos de funcionamento, tal instituição de ensino procurava cumprir uma “função de Estado” (CARVALHO, 1913d, p. 6)<sup>13</sup>, responsável pela formação de agentes policíacas cariocas. Nesse sentido, a Escola de Polícia do Distrito Federal evidenciava como a construção do estado-nação brasileiro seria fruto de uma série de intercâmbios que extrapolavam as fronteiras nacionais. Tais articulações que se desenvolviam através dos limites destes estados evidenciavam trocas e interações sociais múltiplas, presentes dentro uma rede de cooperação policial que incluía os institutos de Roma, Lausanne, Lyon, Rio de Janeiro e Buenos Aires.

<sup>13</sup> CARVALHO, Elysio de. Prefácio. In: LOCARD, Edmond. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro*. Biblioteca do Boletim Policial- V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 6.



O programa de estudos da Escola de Polícia do Rio de Janeiro incluía um conjunto eclético de saberes científicos e literários, mobilizados para criação de categorias de “criminoso” e “policial” que deveriam orientar agentes policiais em sua missão de preservação da propriedade privada brasileira. A mobilização de uma ampla gama de saberes que criavam uma amálgama entre saberes científicos e ficcionais atrelava-se também à composição de idealizadores e professores que dirigiam a Escola de Polícia. Intelectuais como Elysio de Carvalho aproximavam-se de saberes criminalísticos para pensar o problema da criminalidade não apenas por estudos técnicos, mas também por escritos fictícios, que ao serem trazidos para o cerne do debate não seriam antagônicos a um olhar científico, mas justamente comporiam o campo de polícia científica brasileiro. No entanto, a aplicação destes recursos não necessariamente implicava em uma aplicação cotidiana dos saberes ministrados na Escola de Polícia. Em oposição aos conhecimentos criados pela experiência cotidiana dos agentes policiais, a Escola era criticada como um espaço acadêmico que se distanciava da realidade daqueles que atuavam nas ruas, voltada para intelectuais que não se encontravam ainda em espaços acadêmicos institucionalizados.

## Referências Bibliográficas

### Textos de Elysio de Carvalho

CARVALHO, Elysio de. Escola de Agentes. In: *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano I, nº3, junho de 1907. p. 17-18.

\_\_\_\_\_. Escola de Polícia do Distrito Federal. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VI, nº4-6, abril-jun. 1912a, p.15-18.

\_\_\_\_\_. História Natural dos Malfeitores: Apontamentos. *Boletim Policial*, ano VII, nº6, junho de 1913a.

\_\_\_\_\_. História Natural dos Malfeitores: Notas e crônicas. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº4, abril de 1913b, p.58-65.

\_\_\_\_\_. *Polícia Técnica: resumo de Conferências realizadas em São Paulo*. Biblioteca do Boletim Policial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

\_\_\_\_\_. *O professor Reiss no Brasil*. Biblioteca do Boletim Policial -XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913c.



\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor do Gabinete de Identificação e Estatística, correspondente ao ano de 1912, apresentado ao Exm. Sr. Dr. Chefe de polícia do Distrito Federal. In: *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº1-3, jan.-mar. 1913, p. 01-23.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: LOCARD, Edmond. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro*. Biblioteca do Boletim Policial- V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 3-6.

### **Periódicos diários**

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, jan.- dez. 1910 – Biblioteca Nacional

A IMPRENSA, Rio de Janeiro, jan. - dez 1912. – Biblioteca Nacional

O PHAROL, Rio de Janeiro, jan. – dez. 1910 – Biblioteca Nacional

### **Artigos de periódicos policiais**

ESCOLA DE POLICIA. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº5, maio de 1914a, p. 228.

LOCARD, Edmond. A criptografia na técnica policial: estudo sobre os escritores de malfeitores. *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº7/8/9, p. 262-275.

\_\_\_\_\_. Cronique Latine. *Archives d'Antropologie criminelle*. Tomo XXVIII, 1913, p. 447.

A OBRA de Conan Doyle, *Boletim Policial*, Ano II, n. 4, Rio de Janeiro, jun. 1908, p. 174.

O PROFESSOR Reiss no Rio. In: *Boletim Policial*, ano VII, nº7, julho de 1913, p. 261.

A PROPOSITO da Escola de Polícia. In: *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VIII, nº1, janeiro de 1914b, p.24.

OTTOLENGHI, Salvatore. A Escola de Polícia Científica de Roma. In: *Boletim Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ano VII, nº6, jun. 1914, p.263-265.

### **Obras criminalísticas**

LOCARD, Edmond. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro*. Biblioteca do Boletim Policial- V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913c.

VUCETICH, Juan. *Dactiloscopia*. Cuál debe ser la idoneidad del identificador. Su prueba legal en la reincidencia. Congresos Científicos. La Plata: Joaquín Sesé, 1909.



REISS, R. A. *Polícia Técnica: o resumo das conferências realizadas no Rio*. Biblioteca do Boletim Policial - XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

### Correspondências de criminalísticas

VUCETICH, Juan. “Uma carta de Juan Vucetich”. Documentos e informações. In: *Boletim Policial*, ano VI, nº 7/8/9, abril/maio/junho de 1912, p.227-229.

### Bibliografia

ARTIÈRES, Philippe. *La policie de l'écriture: l'invention de la délinquance graphique (1852-1945)*. La Découverte: Paris, 2013.

BARRY, Viviana. *Orden en Buenos Aires. Policías y modernización policial, 1890-1910*. Buenos Aires: Universidad Nacional de San Martín, Dissertação de Mestrado, 2009.

BERLIÈRE, Jean Marc. “Le professionalisation: objectifs de pouvoirs et revendication de policiers au debut du XXe siècle” *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 3, 1990, p. 398-428.

BRETAS, Marcos Luiz. *A ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro*: Rio de Janeiro: Rocco, p. 1997.

BUNKER, Steven B. El robo-homicidio de la joyería ‘La Profesa’: un crimen transnacional. In: BRETÓN, Jorge Alberto Trujillo (coord.). *En la encrucijada: Historia, marginalidade y delito en América Latina y los Estados Unidos de Norteamérica (siglos XIX y XX)*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2010.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. São Paulo: Graal, 1979.

CUNHA, Olívia M. Gomes da. *Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DIAS, Allister Andrew. *Arquivos de ciências, crimes e loucuras: Heitor Carrilho e o debate criminológico do Rio de Janeiro entre as décadas de 1920 e 1940*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Tese de Doutorado em História, 2015.

El FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENGELS, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Braziliense, 1988.



FETZ, Marcelo. Negotiating boundaries: Encyclopédie, romanticism, and the construction of science. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p. 645-663.

GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes: circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires (1890-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado em História Social, 2012.

\_\_\_\_\_. Entre cuenteros y otarios: Historia transnacional de una estafa en América Latina, 1870-1930, *Historia*, vol. II, n. 49, 2016.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.169 -180.

KALUSZYNSKI, Martine. The International Congresses of Criminal Anthropology: Shaping the French and International Criminological Movement, 1886-1914. Peter Becker, Richard F. Wetzell. *Criminals and Their Scientists. The History of Criminology in international perspective*, Cambridge University Press, 2006, p.301-316.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MONJARDET, Dominique. *Ce que fait la police. Sociologie de la force publique*, Paris, Éditions de la Découverte, 1996.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997, p. 106-134.

SAMET, Henrique. *Construção de um Padrão de Controle e Repressão na Polícia Civil do Distrito Federal por Meio do Corpo de Investigação e Segurança Pública (1907-1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2008.

SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

OTTONI, Ana Vasconcelos. *O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)*. Niterói: UFF, Tese de doutorado, 2012.

PATRASSO, André Luís de Almeida. *Escola de Polícia: ciência, identificação e educação profissional*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Dissertação de Mestrado, 2015.

PIAZZA, Pierre (dir.), *Aux origines de la police scientifique: Alphonse Bertillon, précurseur de la science du crime*, Paris, Karthala, 2011.

PORTO, Ana. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil, (1870- 1920)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado em História, 2009.



QUINCHE, Nicolas. *Crime, Science et identité: Anthologie des textes fondateurs de la criminalistique européenne (1860-1930)*, Genève : Slatkine, 2006.